

NORMALIZAÇÃO DISCIPLINAR E MATERIALIDADES SIGNIFICANTES: O SOCIAL E O POLÍTICO EM TELA

TASSO, Ismara Eliane Vidal de Souza (UEM)
(tassojs@terra.com.br)

As práticas discursivas midiáticas nacionais, ao instituírem uma ordem do olhar para a temática inclusão e exclusão, criam, por meio de dispositivos de saber-poder técnico, político e institucional, as condições de possibilidade para um espaço de mobilização social, sustentada pelos princípios de cidadania – cuja condição de existência é promover e garantir a concessão de direitos políticos plenos e iguais a todos os homens indistintamente. Desse modo, as condições de existência para determinados enunciados e não outros são estabelecidas por articulações entre diferentes instâncias que se (re)organizam por meio de linguagens e pelas práticas discursivas e socioculturais. Trata-se de um conjunto operacional dotado de complexidade que, ao estabelecer e delimitar superfícies de inscrição, faz emergir materialidades significantes que correspondem a uma substância amalgamada, resultante de adequações harmônicas e coerentes. Nesse processo, entram em conjunção a instância material e os modos de significação de materialidade discursiva. Os enunciados assim constituídos e destituídos de uma importância temporal singular a um conjunto de fenômenos, ao mesmo tempo sucessivos e idênticos, permitem-nos aproximar materialidade e sentido.

Esse empreendimento possibilita-nos acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos e na dispersão que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado. Na perspectiva foucaultiana, tal investimento se define por um projeto de descrição dos acontecimentos discursivos que intenta definir as condições de existência dos diferentes conjuntos significantes, a fim de compreender e de explicitar de que modo determinados enunciados passaram a existir e não outros em seu lugar, e quais correlações podem ser estabelecidas com outros enunciados. Sob a inquietação desses questionamentos, surgem as possibilidades de apreender o feixe de relações efetuado por um discurso enquanto prática e dele reconhecer o nexo das regularidades que singularizam e definem o nível enunciativo que lhe é próprio. As modalidades de abordagem explicitadas possibilitam, pelo método arqueológico, a análise da discursividade, e, pelo genealogia, tratar das questões relativas ao poder, de modo a se definir os sistemas de ações que governam outras ações; busca-se compreender como o poder se exerce e como desenvolve mecanismos de objetivação e subjetivação. Nessa ordem, o poder define-se como um lugar estratégico onde se encontram todas as relações de forças e os movimentos de resistências inerentes ao domínio saber-poder.

Nessa ordem, a mídia funciona como espaço de formulação, produção e circulação de discursos, e, como tal, constitui-se em espaço próprio e fecundo ao exercício do poder, cuja eficácia efetiva-se pelo aprimoramento e adestramento do corpo humano para “gerir a vida dos homens” (MACHADO, 1979), sem expulsá-lo do social, por meio de uma tecnologia singular de controle. No conjunto de práticas que lhe servem de suporte, o poder *disciplinar* organiza espaço e, ao fazê-lo produz saber, “compreendido com materialidade, como prática, como acontecimento – como peça de um dispositivo político que, enquanto dispositivo, se articula com a estrutura econômica” (MACHADO, 1979). Por isso, a coexistência de discursos circunscritos a uma ordem instituída pela emergência de implementação de mecanismos redutores de tensões decorrentes das revoluções industrial, demográfica e tecnológica, intenta amenizar diferenças étnicas, culturais, econômicas e sociais.

Desse modo de composição e de formulação, os discursos inscritos no domínio das políticas afirmativas e inclusivas irrompem inaugurando saberes, os quais, sob a forma de acontecimento, estabelecem relações entre dizeres que se entrecruzam e que permitem serem tratados na singularidade de sua constituição e historicidade próprias. Já que, de outro modo, tal série enunciativa não existiria pela impossibilidade de se restituir a rede discursiva, de poderes, de estratégias e de práticas instadas em condições emergenciais discursivas específicas.

Assim, no quadro das instâncias discursivas acerca das desigualdades socioculturais, econômicas e étnicas, em circulação nas mídias nacionais, coexistem enunciados cujas modalidades particulares de existência designam a série enunciativa que compõe o arquivo de pesquisas do Grupo de Estudos em Análise do Discurso da UEM – GEDUEM. A complexidade e a singularidade inerentes a esses enunciados devem-se, fundamentalmente, às materialidades significantes e às práticas discursivas pelas quais busca-se apreender, compreender e explicitar o processo de constituição identitária e de representação do sujeito contemporâneo.

Sob tal orientação e a partir de um regime enunciativo no qual o social e o político constituem identidades e se inscrevem em práticas discursivas midiáticas, elegemos como objetivo, para este trabalho, demonstrar o modo como a normalização disciplinar exerce seu funcionamento como um dos dispositivos de segurança empregados para o controle e a conformação modelar de conduta em discursos sobre a inclusão/exclusão no Brasil. Assim, pelos pressupostos teórico-metodológicos erigidos por Foucault, servimo-nos de materialidades significantes da mídia nacional que, circunscritas no campo da imagem fixa e em movimento, ganharam visibilidade na contemporaneidade, ao se organizarem em torno de mobilizações socioculturais.

Referências Bibliográficas

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro, 1979.

MACHADO, Roberto. Introdução. In: **FOUCAULT**, Michel. *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro, 1979.